



Difusão da fé: procissão do Senhor dos Passos em Pirenópolis/GO

Faith diffusion: procession of the Lord of Steps in Pirenópolis

*João Guilherme da Trindade Curado**

Resumo: A proposta investigativa parte da abordagem geográfica e histórica de uma tradição religiosa católica que integra a Semana Santa que ocorre em Pirenópolis/GO. A perspectiva de análise busca contemplar o espaço de deslocamento do préstito, do passado ao presente, visando interpretação das espacialidades criadas pela efemeridade da Procissão do Senhor Jesus dos Passos e ainda a perpetuação da festividade na cidade ao longo dos séculos. A pesquisa de campo participativa com observações, registros fotográficos e sonoros, conversas informais com os fiéis/devotos/participantes/assistentes e consultas a referências diversas são subsídios para interpretar as várias possibilidades de difusão da fé pelo espaço, observadas a partir de uma procissão.

Palavras-chave: Procissão. Espacialidades festivas. Difusão da fé. Senhor dos Passos. Pirenópolis.

Abstract: The investigative proposal starts with the geographical and historical approach of a Catholic religious tradition that integrates the Holy Week, which takes place in Pirenópolis /GO (Brazil). The analysis's perspective seeks to contemplate the procession's space of displacement from the past to the present, aiming at the interpretation of the spatiality created by the ephemerality of the Procession of the Lord Jesus of the Steps and also the perpetuation of the festivity in the city throughout the centuries. The participatory field research with observations, photographic and sonorous records, informal conversations with the faithful/devotees/participants/assistants, and consultations with several references, are subsidies to interpret the various possibilities of diffusion of the faith through space, observed from a procession.

Keywords: Procession. Festive spatiality. Faith diffusion. Lord of the Steps. Pirenópolis.

Introdução

Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, ou simplesmente Senhor dos Passos, como é popularmente conhecido, é uma invocação que rememora aos momentos da Paixão de Cristo percorrendo a Via Dolorosa, tendo por destino o Calvário. Percurso que se materializa pela distância relativa do trajeto que abarca espaços e tempos diversos sendo representados, dois milênios depois, em contextos múltiplos, visando a perpetuação cultural do movimento que evoca um dos mais importantes momentos para o cristianismo.

Ao buscar analisar a procissão dos Passos em uma cidade goiana fundada do período da mineração, mas que atualmente tem a economia voltada para atividades pautadas no

* Doutor em Geografia (UFG). Professor da SEDUC/GO. ORCID: 0000-0002-4041-8503 - contato: joajgguilherme@gmail.com

turismo, visa-se interpretações variadas abalizadas nas diversas perspectivas do espaço em que acontece anualmente a repetição do préstito.

O espaço constituir-se-á na principal categoria de análise e será abordado a partir de algumas dimensões, como o público, o sagrado, com destaque para o cultural e os simbolismos nele presentes. Para tanto, recorreremos à Geografia Cultural, em especial às publicações realizadas no Brasil que direcionaram os olhares para os “modos de ver e de viver o espaço” que embasarão as análises sobre as procissões dos Passos em Pirenópolis, Goiás, ao longo do tempo.

Inicialmente, a interpelação tem por interesse a difusão temporal, por meio de breve transcorrer da história entre o registro dos movimentos de Cristo até a representação criada na Europa e trazida para o Brasil Colônia, chegando até a antiga Meia Ponte, atual Pirenópolis. Nesse trajeto, os deslocamentos devocionais das procissões passam a contextualizar manifestações culturais em espaços distintos, transcendendo continentes e perpassando milênios, quando os olhares se orientam, em especial, por documentos e referências bibliográficas.

Ao chegar a Pirenópolis, o trajeto da procissão dos Passos terá sua mobilidade analisada espacial e temporalmente ao longo dos séculos, destacando alterações diversas, assim como as várias espacialidades em que a percebemos, mediante recorrentes trabalhos de campo que perfilam vários anos. O empírico, somado aos estudos geográficos, tende a trazer significativas contribuições para as possibilidades de compreensões sobre o espaço efêmero percorrido pela procissão.

Antes de finalizar a jornada pelo espaço religioso, os trajetos devocionais percorridos pela imagem do Senhor dos Passos em duas outras procissões da Semana Santa e ainda o local de permanência e a imagem em si passam a ser espacialidades a ser desvendadas por meio das atuações de fiéis/devotos/participantes/assistentes.

Leitor, você é nosso convidado a percorrer as análises espaciais advindas do estudo de uma das importantes manifestações culturais pirenopolinas, bastante influenciada pelas tradições lusitanas implantadas em Pirenópolis ainda no período colonial. Esperamos que, ao término da presente procissão dos Passos, consiga expandir as perspectivas diversas de ver e de viver os espaços por onde caminha em seu cotidiano, seja ele qual for.

Difusão da fé: aportes historiográficos do cristianismo

A cronologia temporal adotada é o calendário cristão aprovado pelo papa João I, em 525 d. C., do qual derivam as datas aqui apresentadas ao longo do texto, mas que permite entrever “lacunas” de tempo propiciadas pela adaptação temporal proposta pela Igreja.

A região da Galileia era governada por Herodes Antipas no contexto de nascimento de Jesus, sendo que o natalício não ocorreu onde Maria habitava, mas em Belém, local em que estava. A perspectiva de importância para a compreensão dos modos de ver e de viver tendo o espaço por referencial podem ser observados a partir, também, deste importante acontecimento. Inicialmente, a criança não tinha acoplado ao seu nome a menção ao nome do pai, o que é bastante compreensível. Além do mais, na sociedade

local, na época em questão, não se utilizavam sobrenomes. Assim, o menino passou a ser conhecido por Jesus de Nazaré, uma referência toponímica que designava não o lugar em que nasceu, mas aquele em que sua progenitora nasceu e vivia.

A designação espacial torna-se mais intrincada ao ser designada como Palestina: “a designação romana para a vasta extensão de terra que abrange os atuais Estados de Israel/Palestina, bem como grande parte da Jordânia, Síria e Líbano” (Aslan, 2013, p. 16), o que ocorreu no século I, que, conforme o autor supracitado “foi uma era de expectativa apocalíptica entre os judeus” que ali habitavam. Destarte, o conjunto de circunstâncias dos primeiros anos de vida de Jesus de Nazaré foram bastante complexos em razão da ocupação oficial romana, alicerçada pela influência de Roma sobre Herodes Antipas e pelas perseguições à grande maioria dos habitantes locais, os judeus. Os levantes contra as imposições políticas, sociais e, em especial, a religiosa, levaram a muitos conflitos, o que propiciou constantes pregadores itinerantes que propagavam contra a dominação imposta.

As implicações espaço-temporais dos momentos de vida e morte de Jesus de Nazaré podem ser percebidas, também, por intermédio de duas publicações recentes que abordam aspectos da época situada na primeira metade do século I. Em ordem cronológica de publicação, a obra do iraniano-americano Reza Aslan, nascido no Teerã e que remonta, por investigações científicas com acuidade a documentos diversos, o contexto de vida de Jesus de Nazaré, abordando não só a trajetória local, mas as influências externas, em especial a romana, na vida das pessoas contemporâneas a Ele. A perspectiva aborda também os espaços de vida e de trajetória que posteriormente passaram a compor o arcabouço religioso, mas pelo olhar de um muçulmano convertido ao cristianismo e, depois, ao islamismo. A riqueza de detalhes, assim como os conhecimentos históricos e geográficos, são importantes contributos, como os momentos iniciais da *Via Crucis*:

Jesus teria sido guiado até a fortaleza Antônia e levado para o pátio, onde seria despi-do, amarrado a uma estaca e barbaramente açoitado, como era o costume para todos condenados à cruz (...) como era o caso de todos os condenados à crucificação, Jesus teria sido forçado a levar a trave da própria cruz para uma colina situada fora das muralhas de Jerusalém, junto à estrada que levava aos portões da cidade – talvez o mesmo caminho que ele tinha feito alguns dias antes, ao entrar na cidade como seu legítimo rei (Aslan, 2013, p. 178).

A segunda publicação é a de Rodrigo Alvarez, jornalista brasileiro considerado laico e que, como correspondente internacional de uma emissora de TV, morou durante três anos em Jerusalém, quando percorreu, mais de dois mil anos depois, os prováveis caminhos transpostos por Jesus, visitando desde a Gruta da Natividade ao Santo Sepulcro, passando por espaços fundamentais, personagens do tempo histórico de Jesus, como o Mar Morto, desertos, montanhas, Mar da Galileia, Cavernas de Jericó e o Rio Jordão.

A formação jornalística torna o texto fluido, as diversas imagens propiciam melhor visualização dos locais de vida de Jesus de Nazaré, assim como do calvário por ele percorrido, transcritos por Alvarez em obra que não traz muitas novidades sobre a história já bastante investigada ao longo de dois milênios, mas que colabora com fotografias significativas que permitem ao leitor maior possibilidade de interação, mesmo que imaginativa, com os locais pelos quais Jesus passou.

No entanto, as duas obras, de Aslan (2013) e de Alvarez (2018) são mencionadas como possibilidades distintas de se perceber o espaço, mesmo que este já tenha sido bastante divulgado anteriormente. As percepções dos autores não estão no aspecto religioso em si, mas nas possibilidades interpretativas de espaços que se tornaram religiosos, por meio da trajetória de Jesus de Nazaré. As descrições do ambiente e da vida se fazem presentes, conjugando, no cotidiano do presente, as espacialidades e temporalidades de um passado que se tornou referência ou que influenciou grande parte da humanidade por meio da difusão da fé.

De acordo com um dicionário, o vocábulo “difusão”, substantivo feminino, origina-se do latim *diffusio, ōnis*, significando ato ou ação de espalhar, derramar. Pode ser significado também como: 1 ato ou efeito de difundir (-se); estado do que é difuso; 2 por analogia: divulgação (de culturas, ideias etc.); propagação, multiplicação. 3 física: espalhamento ou propagação: estado do que se espalha por múltiplas direções. 4 divulgações: ação de tornar conhecido pelo público (<https://www.dicio.com.br>).

Difusão parece ser uma palavra adequada para a análise espaço-temporal da perpetuação do trajeto transposto por Jesus pela *Via Crucis*, por meio da reprodução em *Vias Sacras* mundo afora, quando o nazareno é comumente designado por Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, ou, apenas, por Senhor dos Passos. O trasladar do “Caminho da Cruz”, do Oriente para o Ocidente, ocorreu com diversos conflitos e transcorreu séculos. A tentativa do *continuum* rememorar da *Via Crucis* em solo europeu teve lugar durante as celebrações da Semana Santa, ainda na época das Cruzadas, em especial entre os séculos XI e XIII, quando buscavam uma reprodução da Via Dolorosa pelas ruas próximas às igrejas matrizes espalhadas pelas mais importantes cidades da Europa. A inovação passou a tradição, nos moldes do que propõe Hobsbawm (2012), e vem tendo comportamentos de adaptações a espaços e tempos diversos, moldando-se ao recomendado por Giddens (2003) sobre a eficiência e perpetuação da tradição.

Uma longa negociação entre os países ibéricos com a Igreja Católica Romana culminou com bulas romanas que impulsionaram a criação do Padroado, com Portugal sacralizando e oficializando a aliança que previa e garantia a expansão da coroa e da cruz.

O trajeto vencido a partir de Portugal rumo ao Novo Mundo teve início a partir de Belém – toponímia similar ao local do nascimento de Jesus – e que teria ocorrido em uma segunda-feira, 9 de março, compreendido no período da Quaresma de 1500. Ao chegarem, Pero Vaz de Caminha relata: “ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal, e à terra – a Terra da Vera Cruz” (Caminha, 2004, p. 92), designações que tinham “objetivo claro de definir o projeto de propagação da fé” (www.historia-deportugal.info) lusitana no além-mar, em referência à importante festa da Páscoa e a um dos mais importantes símbolos do cristianismo, a cruz.

No primeiro domingo após a chegada, o Capitão “mandou naquele ilhéu armar um esperável, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre Frei Henrique” (Caminha, 2004, p. 101). No relato da terça-feira, 28 de abril, consta que “enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau, que ontem para isso se cortou” (Caminha, 2004, p. 110). Seria a construção do primeiro símbolo cristão com elemento brasileiro. Em 30 de abril, por sugestão do Capitão, a Cruz foi visitada e beijada, sendo que no

dia seguinte seria transladada ao local em que deveria ser chantada – fixada, segundo termo da época.

O traslado, descrito como procissão pelo escrivão Caminha, contou com participação ativa e espontânea dos índios: “quando nos viram assim vir, alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar”, o que demonstra apoio e não devoção. Pouco mais adiante, a relação de Padroado é explicitada quando “chantada a Cruz, com armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oficializada” (Caminha, 2004, p. 115) e a cruz disposta em boa visualidade, podendo ser considerado um geossímbolo — elemento de análise aqui considerado a partir dos estudos estabelecidos pela Geografia Cultural. Assim, à moda do Senhor dos Passos, o primeiro símbolo do cristianismo construído e erigido no Brasil passou por caminhos difíceis de um rio antes de chegar ao destino e foi carregada, não por um, como na *Via Crucis*, mas por vários dos presentes, amenizando destarte a penitência do peso.

O Padroado impunha obrigações à Igreja Católica Romana. E, se inicialmente a difusão religiosa pelo Brasil era quase nula, cinquenta anos após a chegada oficial portuguesa foi fundada a Diocese Primaz de Salvador. A propagação administrativa da Igreja no Brasil se mostrou bastante lenta – a implantação das Dioceses do Rio de Janeiro, de Olinda e de Recife só ocorreu em 1676, 125 após a de Salvador, da qual se desmembraram (Rosendahl, 2012a). Ainda segundo a referida autora, até 1745 a situação espacial da Igreja Católica Romana no Brasil era a seguinte: no Norte, a Diocese Primaz Secundária de São Luís (1677), que originou a Diocese de Belém em 1719. No Centro-Sul, a partir da Diocese do Rio de Janeiro foram criadas, em 1745, as Dioceses de Mariana e São Paulo, e as Prelazias de Cuiabá e de Goiás.

No entanto, desde os primeiros instantes da ocupação do solo goiano as capelas “tiveram grande importância no avanço do cristianismo. À medida que os colonos e os bandeirantes fundavam arraiais na busca do ouro, eles construíram capelas dedicadas aos santos de suas devoções” (Castro, 2006, p. 133). Algumas localidades exigiram, quase de imediato, a instalação de paróquias, como no caso de Vila Boa, que em 1729, teve a Paróquia de Santa Ana reconhecida. Meia Ponte, atual Pirenópolis, abrigou a segunda, a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, em 1736 (Castro, 2006, p. 136), sendo que os primeiros registros de batismo em Meia Ponte ocorreram a partir de 1732.

As separações política e religiosa de Goiás ocorreram, respectivamente de São Paulo (1744) e do Rio de Janeiro (1745). Porém, diante da Via Sacra que era transpor viagem para o interior do Brasil, a demora dos representantes foi longa: o primeiro governador só chegou em 1749 (Polonial, 2013, p. 32), enquanto o primeiro bispo só aparece em 1824, era o quinto eleito para a missão, sendo que os demais foram impedidos de assumir a Prelazia de Goiás por motivos diversos (Maia, 2009, p. 182).

Mesmo com a ausência da autoridade da Prelazia, o diminuto clero estabelecido em Goiás cuidou para que o espaço sagrado goiano fosse edificado e para que as devoções e as obrigações religiosas fossem seguidas, mediante as orientações contidas nas Constituições Primeiras, dentre elas a realização de procissões e as celebrações da Semana Santa.

Pirenópolis: procissão do Senhor dos Passos

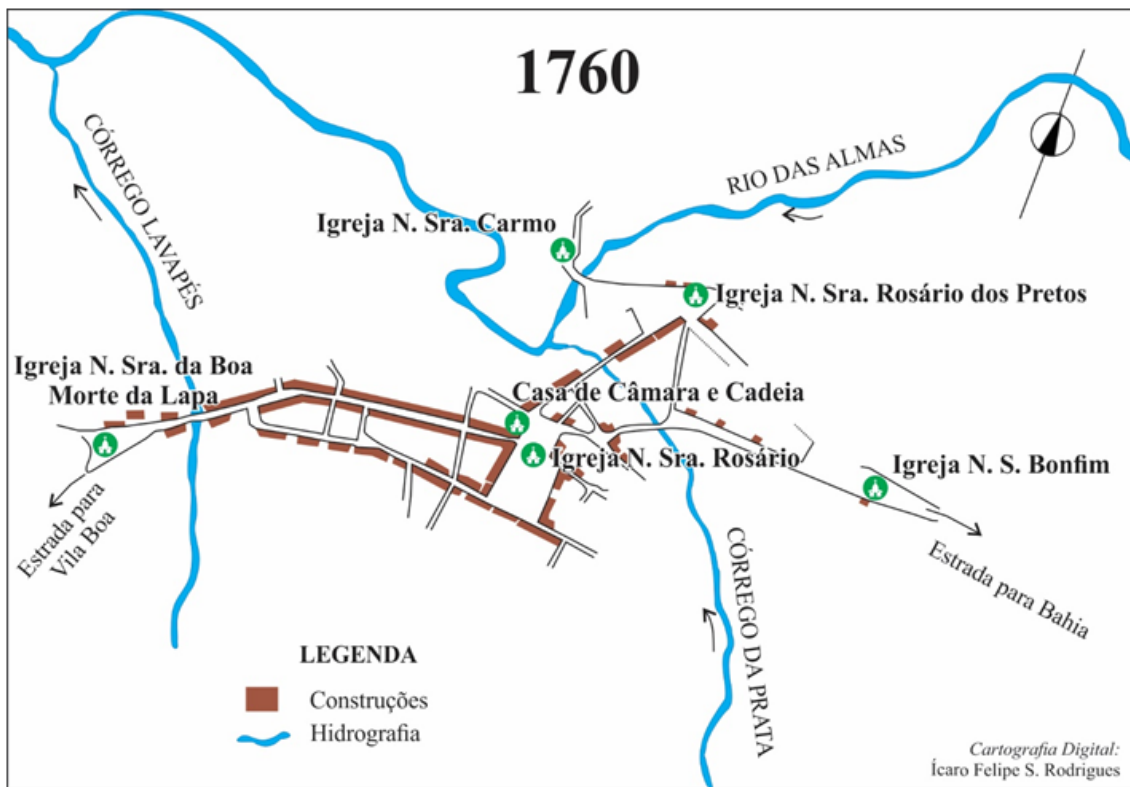
Até o presente momento não há documentos encontrados que registrem datas precisas das primeiras procissões em Pirenópolis; entretanto, observando estudos sobre a ocupação espacial do núcleo populacional surgido às margens do Rio das Almas, percebe-se que os préstitos religiosos se delimitavam ao redor da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (1728-1732), ao que se denominou, desde então, como Largo da Matriz. A explicação para tal circunscrição estava na ausência de ruas e de outras capelas, que só viram a compor a paisagem local posteriormente e em cumprimento às determinações contidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (Vide, 2007).

Na década de 1750, três capelas (localmente também designadas igrejas) passaram a integrar e a delimitar a espacialidade sagrada em Meia Ponte: Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1743-1757), Capela do Senhor do Bonfim (1750-1754) e Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo (1750-1754), conforme dados mencionados em Jayme (1971). Das capelas mencionadas, apenas a primeira foi erigida por meio de uma irmandade, a que deu nome ao templo. As outras duas foram edificadas por particulares que, segundo o referido autor, tinham desavenças entre si, um bom estímulo para a construção dos espaços religiosos aludidos em demonstração de poder e devoção.

Mais uma capela começou a ser edificada a partir de 1760, a de Nossa Senhora da Boa Morte e da Lapa, e a partir dela é possível visualizar, por meio da Figura 1, o panorama da ocupação espacial inicial, que seguindo o curso do Rio das Almas, teve um crescimento longitudinal. É perceptível que a parte oeste desenvolveu primeiro os arruamentos, em especial o início do trajeto que levava a Vila Boa de Goiás – capital da Capitania de Goiás. Foi a antiga Rua das Bestas o primeiro logradouro de comércio cuja toponímia homenageava aos quadrúpedes responsáveis pelo transporte de mercadorias. A referência de expansão não era a área de exploração aurífera, mas, sim, o Largo da Matriz, centro religioso e também administrativo, por meio da Casa de Câmara e Cadeia, outra exigência da Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, cuja Diocese Primaz, a de Salvador, poderia ser alcançada percorrendo o caminho a leste, o menos ocupado, como igualmente indicado na Figura 1.

O traçado, não bem delimitado entre a Igreja do Bonfim e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na imagem acima disposta, indica que em 1760 a Rua Aurora não existia como uma via urbana definida, mas em processo de composição. Não tardaria muito para que a Rua Aurora se constituísse enquanto importante logradouro da então Meia Ponte, pois estabeleceu a ligação entre dois espaços religiosos, possibilitando, inclusive, a ampliação do trajeto das procissões locais.

É mister que as procissões da Semana Santa definidas como gerais durante o período de vigor das Constituições Primeiras não eram prioridade, conforme expõe o Terceiro Livro, dentre os Títulos XIII a XVII. As normativas destacavam a Solene Procissão do Corpo de Deus: Corpus Christi, sob a qual recaiam todos cuidados, obrigações, solenidades e pompas do catolicismo (Vide, 2007). O mencionado documento apresenta a seguinte definição para os préstitos religiosos: “procissão é uma oração publica feita a Deos por um comum ajuntamento de fieis dispostos com certa ordem, que vai de um lugar sagrado á outro lugar sagrado” (Vide, 2007, p. 191).

Figura 1 – Traçado do núcleo de Meia Ponte, 1760.

Fonte: Adaptado do autor a partir de Urbis Pirenópolis (2002, p. 7).

Ao propor a conexão entre dois “lugares sagrados”, a definição aponta para um deslocamento de fiéis que passam por espaços já delimitados dentro das diretrizes urbanísticas das localidades em que acontecem. A investigação sobre a Rua Aurora, em Pirenópolis, no contexto da Procissão dos Passos, a insere como o caminho entre duas capelas em que a imagem será abrigada para a realização de outra procissão no dia seguinte, que perpassa outras vias públicas. O espaço da Rua Aurora, na presente análise, será compreendido por perspectivas humanistas e culturais, “assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real” (Corrêa, 2000, p. 30).

As procissões e, em particular, o ato de estar em um préstito religioso resultam das inúmeras possibilidades de práticas espaciais, das quais é possível diferenciar o espaço por intermédio da consciência, que aportada aos “padrões culturais”, conceito emprestado da antropologia (Benedict, 2013), nos auxilia na interpretação da cultura enquanto diversidade e singularidade, tendo os costumes por referência. Costumes que cada sociedade possui e que também são transmutáveis ao longo do tempo, possibilitando organizações espaciais distintas tanto para a coletividade quanto para o indivíduo.

Ao afirmar que “o espaço geográfico é multidimensional” e torná-lo inteligível é uma tarefa (Corrêa, 2000, p. 44), o autor nos lembra a gama de facetas que podem advir a partir de investigações geográficas, no que é acompanhado por Rosendahl (2012b, p. 73), para quem “o sagrado irrompe em determinados espaços, qualificando-os em uma

dimensão religiosa, além das dimensões econômica, política e social que apresentam. A religião imprime uma ordem ao espaço”. Organização essa capaz de conciliar interesses diversos em prol de uma prevalência da religião, mesmo que temporária como em uma procissão pelas ruas de uma cidade.

Rosendahl, em momento anterior, havia pontuado que “a preocupação com a experiência religiosa de indivíduos e grupos sociais representa tópico central em várias ciências dedicadas ao estudo do homem” (1996, p. 13), dentre elas a geografia da religião cujos estudos, salienta a referida autora, “incluem a diversidade dos fenômenos religiosos”, que abarcam a internalização e a externalização da devoção, tanto individual como para o grupo devocional, podendo ocorrer em espaços prioritariamente sagrados: igrejas e capelas ou espaços agregados, que em relação às procissões, são constituídos pelas ruas por onde passam os séquitos religiosos.

Enquanto via pública, a Rua Aurora foi se constituindo ao longo do tempo paralelamente à Rua do Bonfim, possuindo quinhentos metros de extensão no sentido jusante do Rio das Almas, que percorre caminho próximo ao logradouro. A declividade do arruamento é de 25 metros partindo do ponto mais íngreme e seguindo o sentido Leste-Oeste. A extensão georreferenciada da Rua Aurora se encontra entre as coordenadas 15°51'05”S e 48°57'10”W com 15°50'58”S e 48°57'25”W (Google Earth, 2018).

Urbanisticamente, a rua em estudo se diferencia das demais que compõem a malha urbana de Pirenópolis, pois no espaço ladeado por construções há um significativo vão de largura de cerca de 25 metros mais a Leste, estreitando para 21 metros na parte mais Oeste. Tendo a rua, propriamente dita, cerca de 7 metros, circunvalada, tanto ao Sul quanto ao Norte, por largos canteiros gramados e arborizados e por espaçosas calçadas que afastam os transeuntes da via, aproximando-os das casas, o que, nas procissões, acentua o afastamento dos moradores daqueles que se deslocam seguindo a imagem trasladada.

As árvores ali dispostas são das mais variadas espécies, conforme analisou o botânico pirenopolino Siqueira (2004, p. 64) ao identificá-las: “tento-carolina, pata-de-vaca, extremosa, quaresmeira, sibipiruna, flamboyant, ligustro, munguba, murta, abricó-de-macaco, clúsia, cássia javânica, espatódia, oiti, jasmim-manga”; ele menciona ainda ipê, palmeira guariroba, cedro, magnólia amarela e palmeira imperial. Vale ressaltar que as árvores possuem idades diferentes, devido às substituições necessárias com o tempo. São geralmente altas e de copa robusta, permitindo o sombreamento tanto nas calçadas quanto na rua, chegando, em alguns trechos, a quase compor túneis naturais de folhas e de cores variadas, dependendo da época de floração. O “túnel natural” contribui com a proposta da Procissão do Senhor dos Passos, que seria o deslocamento às escondidas de Jesus. Grande parte da grama e das árvores são cuidadas pela comunidade que ali reside.

Sobre a toponímia da via, a mais remota denominação conhecida foi João Dias, em seguida passou a ser conhecida por Rua Aurora e teve seu nome alterado por ocasião da Proclamação da República, quando a Câmara Municipal local resolveu homenagear o primeiro gabinete republicano, por lei de 21 de janeiro de 1890, a designando como Rua Aristides Lôbo. A 24 de maio de 1898 a lei anterior foi revogada, voltando a ter a toponímia Rua Aurora (Jayme, 1971), uma merecida referência ao nascer do sol, o amanhecer, mas também ao começo, ao início. Posteriormente, a alteração ocorreu

em homenagem a um médico local, sendo nomeada como Rua Dr. Olavo Batista, voltando a ser a Rua Aurora na década de 1980. Os significados de princípio remetem às encenações do martírio, morte e renascimento de Jesus, iniciada com a procissão dos Passos, que parte da capela do Bonfim passando pela Rua Aurora no sentido leste, em direção ao pôr-do-sol, ao fim do dia, ao fim da jornada.

Grande parte das construções que delimitam o espaço da Rua Aurora possuem suas histórias contadas na obra de Jayme e Jaime (2002), em que são arroladas 27 casas com os frontispícios voltados para o sul; nos relatos não há indicação de comércios e aparecem lotes vagos (pp. 258-265). No lado oposto, com fachadas voltadas para o norte, o trajeto contava com apenas nove edificações, segundo os autores (pp. 266-268), das quais duas eram residências e comércios simultaneamente. Há, pelos autores, relatos de demolições e reconstruções. A obra “Casas de Pirenópolis” contempla 346 imóveis tidos como os mais antigos da cidade, cuja pesquisa abarcou duas gerações e foi atualizada até a década de 1990, sendo publicada na seguinte. Na Rua Aurora não havia *Passos*, parada para as procissões com altares para reza ou entoação de cânticos.

Atualmente, em levantamento de campo (janeiro de 2019), o parcelamento do solo conta 29 imóveis, sendo que em quatro há espaço para construção junto à fachada voltada para o sul e que recebem numeração ímpar. Do lado oposto são 20 fracionamentos do espaço, sendo dois deles não ocupados; há, ainda, um largo e uma praça próximos à capela do Bonfim. As construções com frontaria voltada para o norte recebem numeração par. Tal análise permite observar a dinâmica da cidade, que acaba por interferir nas dinâmicas processionais, uma vez que alguns comércios são bares e ocupam, além das calçadas, os canteiros centrais, e ainda possuem serviços de som que nem sempre são desligados ao passar dos préstitos religiosos.

A Rua Aurora, anteriormente quase predominantemente residencial, mantém, ainda, considerável agrupamento de integrantes da família Oliveira e vem passando por alterações no que se refere à ocupação dos imóveis, uma vez que o vetor das atividades turísticas vem alcançando esta via pública, conforme Lôbo e Curado (2007). Recentemente, alguns imóveis, outrora residenciais, passaram por pequenas alterações para se tornar pontos comerciais; em lotes vagos foram construídos imóveis comerciais propiciando novas ocupações e, conseqüentemente, outras experiências e vivências que passaram a conviver, nem sempre harmonicamente, com as festividades religiosas.

Antigas moradias passaram a receber até quatro estabelecimentos comerciais distintos, quase sempre voltadas às atividades turísticas. A expansão comercial da Rua Aurora abrange: uma agência de viagens, um armazém, uma associação atlética, três cafés, uma casa/ateliê, uma cervejaria, entrada para uma área de camping, duas franquias — uma de chocolates e outra de sorvetes —, duas hamburguerias, uma imobiliária, dois órgãos públicos: um estadual e outro municipal; uma pamonharia, cinco pousadas, três restaurantes, um salão de beleza, uma sede de sindicato. Estabelecimentos que funcionam geralmente nos finais de semana e feriados, sendo que a maioria deles se acha aberta por ocasião da passagem da procissão de Passos, alguns, inclusive, interferindo com o uso de sistemas de som.

Foram poucas as intervenções do poder público pirenopolino na Rua Aurora. No início do século XX, foi demolida uma residência para abrir um beco que possibilita

comunicação entre a rua Aurora com a Pireneus. Um século depois, pela Lei Nº 494 de 30 de dezembro de 2004, o poder público municipal instituiu a contenção de circulação de veículos pesados por algumas vias urbanas como pela Rua Aurora, na intenção de proteger as edificações coloniais (Câmara Municipal, Lei nº 494, de 30/12/2004). Em outro momento, por ação não legislada, a municipalidade estabeleceu regras de direcionamento do trânsito no Centro Histórico de Pirenópolis, o que ampliou o movimento pela Rua Aurora, que passou a ser mão única no sentido capela do Bonfim-Centro, o mesmo percurso da procissão dos Passos, causando tumulto e congestionamentos quando esta é fechada para a apropriação festivo-religiosa dos préstitos da Semana Santa — o que gera desconforto para os turistas e descontentamentos por parte dos comerciantes, mesmo considerando a efemeridade das procissões, evidenciando a dificuldade de conjugação da ocupação espacial pelas tradições e pelas novas atividades econômicas.

A prefeitura tem auxiliado a Igreja na preparação do espaço público para a procissão em estudo, fechando o trânsito horas antes da passagem do préstito e solicitando às pessoas que não deixem os automóveis estacionados ao longo do trajeto. Passaram à esfera do poder público municipal, não conseguimos precisar a partir de quando, as ações de ornamentação do transcurso da procissão. Atividade que, de acordo com Jayme (1983), era do pirenopolino Inácio José de Sousa Carvalho, festeiro perpétuo dessa procissão, encargo desaparecido. Cabia a ele “providenciar estacas, que eram fincadas junto às calçadas, formando avenida, do Bonfim ao Rosário, e sobre as quais eram colocadas luminárias, entremeadas de ramos de árvores e bananeiras em pé” (Jayme, 1983, p. 267). Os auxiliares “perpétuos” do festeiro eram os irmãos Sebastião e Antônio Messias, sendo os três moradores da Travessa São Cristóvão, atual Rua Rui Barbosa, que se conecta com a Rua Aurora nas proximidades da antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Há concordância com Bonnemaison (2012, p. 292), para quem “um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”. Tal perspectiva se coaduna com a análise do espaço da Rua Aurora enquanto itinerário da procissão dos Passos, ocasião efêmera, mas repleta de significados para muitos dos que se deslocam por aquela via, em meio a elementos que constituem referência e deferência à passagem da imagem do Senhor dos Passos. Pois, ainda segundo o referido autor, “o espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações” (Bonnemaison, 2012, pp. 292-293). Destarte, é compreensivo que na ausência de um festeiro dos Passos e de seus ajudantes vitalícios do passado, a comunidade residente na Rua Aurora, em parceria com a prefeitura, cuide para que os geossímbolos referentes à procissão dos Passos continuem presentes no transcorrer do préstito, por representar aspectos ligados ao emocional festivo e que simbolicamente apresenta vários suportes necessários para manutenção da memória coletiva.

As luminárias, feitas a partir das cascas de “laranja da terra” que recebiam óleo de mamona e pavio, têm, no presente, a substituição do combustível por óleo diesel, o que incomoda muitos dos participantes que reclamam a ausência do perfume exalado das luminárias, substituídas pela fumaça negra e de forte odor. As ornamentações também

passaram por alterações, pois os comércios agora existentes não possuem muitas janelas, o que os impossibilita de exporem toalhas bordadas, flores e castiçais sobre seus peitoris. Outra fragrância distinta das procissões advinha do hábito de desfolhar e espalhar sobre a rua folhas e galhos de manjerona que, ao serem pisados, exalavam um cheiro característico das comemorações da Semana Santa em Pirenópolis. Hoje, só em alguns trechos habitados por moradores mais antigos pode-se perceber a continuidade do costume, denotando a tradição festiva mediante a visão, movimentos e odores, elemento também constituidores da paisagem, conforme salientou Santos (1988).

No entanto, é preciso ir além do cheiro, das ornamentações com folhas de bananeiras, palmeiras e flores, assim como da iluminação; pois, de acordo com Santos (2006, p. 214): “uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam”. Em momento anterior, o autor destaca que “as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis” (Santos, 1988, p. 24). Aqui, a compreensão da intersubjetividade e do que nem sempre é visível pauta-se nas religiosidades que se manifestam enquanto da passagem da procissão dos Passos, quando a rua outrora pública, torna-se, momentaneamente um espaço sagrado, onde devoção e outros sentimentos afloram mediante o estar naquele espaço em um tempo determinado. O que pode ser compreendido pela aceção de que “o espaço ganhou uma nova dimensão: a espessura, a profundidade do acontecer, graças ao número e diversidade enormes dos objetos, isto é, fixos, de que, hoje, é formado e ao número exponencial de ações, isto é, fluxos, que o atravessam”; continua Santos (1994, p. 17) informando que “essa é uma nova dimensão, do espaço, uma verdadeira quinta dimensão” onde “o tempo do cotidiano compartilhado é um tempo plural, o tempo dentro do tempo” (Santos, 1994, p. 17).

Na mesma perspectiva interpretativa Castro, Gomes e Corrêa (2012, pp. 12-13) advertem que “as formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo fixos e fluxos, isto é, localização e itinerário” e que “tais formas apresentam, portanto, os atributos primários da espacialidade: localização e movimento”. A procissão contempla a saída do sagrado do templo (capela do Bonfim) em função do deslocamento (procissão dos Passos pela Rua Aurora) até o ponto final (no passado, a capela Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e, atualmente, a do Carmo); neste interim, a rua passa a receber o sagrado e ser compreendida como sagrada também; por isso todo ritual de preparação e de estar ali se faz necessário aos partícipes. Maia (2010), ao estudar as interações espaciais em festas populares, observa que “essa resantificação do mundo na sua totalidade é bastante expressiva em dias de festas, quando se promovem interações espaciais ritualizadas ‘templo-mundo’ e vivenciadas com emoção, permitindo-nos demolir fronteiras tão prontas entre espaço sagrado e profano” (pp. 90-91).

A negociação espacial e temporal para abrigar ou sobrepor ações diversas e sentimentos distintos em um espaço público apropriado efemeramente por um percurso religioso que o torna sagrado para os fiéis/devotos, o que nem sempre se estende aos demais participantes/assistentes é o fato de que “assim, promovem-se ‘estados embarçados’ que permanecem enquanto perdura o encantamento do mundo festivo” (Maia, 2010, p. 109), aqui delimitado pelo passar da procissão dos Passos pela Rua Aurora, uma

manifestação realizada para ser sentida, vivida e revivida pela religiosidade e devoção e não somente uma encenação a ser assistida.

A procissão dos Passos, enquanto difusora de fé, conta também com musicalidade específica para a apropriação temporária do espaço pela qual vai prosseguir. É quando os sons tornam-se necessários para a ambientação do préstito, por possuírem “significados referenciais”, conforme Schafer (2001) ao investigar simbolismos da paisagem sonora. Na saída do Senhor dos Passos da capela do Bonfim, envolto em um caixote coberto por tecido roxo, com a intencionalidade de “esconder” o santo, tornando-o uma “imagem encoberta”, uma vez que a procissão dos Passos “retrata um pouco essa entrada de Jesus em Jerusalém de uma forma velada” (Padre Augusto, entrevista concedida em 10/01/2019). O traspasar o espaço sagrado da capela do Bonfim para tornar a rua sagrada por instantes, começa ainda na soleira daquele espaço sagrado quando o Coral e instrumentistas da Banda Phoenix executam o Moteto *Pater mi* (nº 1).

A organização da procissão dos Passos possui a seguinte estrutura: na frente, dois coroinhas trajando túnicas brancas carregam, cada um, um turíbulo que, incensando a rua, a tornam um espaço que abrigará momentaneamente o sagrado em procissão. Logo atrás, ao centro, segue o guião, estandarte de pano roxo em que se lê, na parte superior, as iniciais “SPQR”, do acrônimo latino *Senatus Populusque Romanus*, indicativo utilizado pela Igreja em procissões que representam os passos e a morte de Cristo. As filas se iniciam após coroinhas com turíbulos, acompanhados por integrantes do Ministério, vestidos de branco, que ladeiam crianças trajadas de anjos que circulam ao centro. Depois, os integrantes da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, que usam vestes azul escuro e acompanhados de fiéis. Homens com opas vermelhas, distinção de pertencimento à Irmandade do Santíssimo Sacramento, tendo o provedor ao se distribuir em duas filas, franqueiam, ao centro, a imagem do Senhor dos Passos que é carregada em revezamento pelos irmanados. Após o andor, se dispõem os integrantes do Coral de Nossa Senhora do Rosário entoando Motetos, acompanhados de alguns instrumentistas da Banda de Música Phoenix seguidos, ainda em filas laterais, pelos fiéis/devotos/participantes/assistentes.

Os Motetos, cantados em latim, possibilitam identificação com a questão do sagrado. Mesmo que sua tradução seja desconhecida da maioria, eles remetem ao “canto de Igreja” que ocorre na rua, quando esta, temporariamente, passa a representar o espaço sagrado. Em estudo, Souza (2011, p. 167) apresenta a sequência dos Motetos cantados ao longo do trajeto da procissão dos Passos em Pirenópolis: o já mencionado *Pater mi* (na saída). Seguido por: *Bajulans, Exeamus, O vos omnes, Angariaverunt, Filiae Jerusalem, Popule meus, Miserere, Amplius e Vos Senhor*. Atualmente, *Miserere* e *Vos Senhor* são cantados quando a imagem do Senhor dos Passos adentra seu destino temporário, finalizando a procissão, que ocorria na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, mas com a demolição da mesma a procissão ampliou seu trajeto até a capela Carmo.

Procissão do Senhor dos Passos por Pirenópolis

Na tarde do domingo, a imagem do Senhor dos Passos sai da capela do Carmo, descoberta, sem o caixote, e cruza a ponte sobre o Rio das Almas seguindo pela Avenida

Beira Rio. Sobe a Rua do Rosário no sentido Matriz, passando pela Rua Direita, onde se depara com a Imagem de Nossa Senhora das Dores. A procissão de Encontro, como é denominada, continua o itinerário via Travessa da Rua Nova, perpassando a Rua Nova, o Largo da Matriz, trecho da Rua Matutina e chegando à Matriz, local em que pernoita.

Na noite de segunda-feira, na procissão da Devolução ou do Depósito, segue a imagem do Senhor dos Passos partindo da Matriz e percorrendo a Rua do Bonfim até chegar à capela do Senhor do Bonfim, onde é entoado o *Perdão*. É a procissão menos concorrida e fecha o trajeto de quase três quilômetros percorridos pelo Senhor dos Passos.

Figura 2 – Trajetos da imagem do Senhor dos Passos em procissões por Pirenópolis



Fonte: Google Earth (2018). Organização do autor. Sem escala.

Participar de uma procissão, para muitos, é uma manifestação de religiosidade que “imprime no espaço marcas simbólicas dominantes e permanentes. É conhecimento nosso que a experiência religiosa, quer do devoto, quer do profissional religioso, imprime, no tempo-espaço sagrado, formas e funções simbólicas religiosas” (Rosendahl, 2018, p. 249) ausentes no cotidiano da comunidade e da rua por onde passam os préstitos religiosos. Para a referida autora, “a procissão foi e é um exercício da devoção que une sacerdotes e população num ritual que melhor concretiza o simbolismo de comunhão religiosa, cultural e social no espaço” (p. 390).

A procissão dos Passos em Pirenópolis, como as demais, representa não apenas uma mostra da religiosidade da população, em que mais de 70% se declara católica (IBGE, 2010). São expressões culturais importantes por oportunizarem a interação social com práticas familiares que perpassam séculos, possibilitando a manutenção identitária local, como o observado em respostas à pergunta realizada sobre o significado da procissão dos Passos durante a fiéis/devotos/participantes/assistentes durante o préstito do ano de 2018: “é uma das poucas vezes que passo pela Rua Aurora a cada ano” ou “é a procissão mais bonita, você tem fé, mas segue o santo que está escondido”. “Os moradores da

Rua Aurora enfeitam suas casas, mesmo a procissão passando longe delas, lá na rua”. “Não perco essa procissão, tenho muita fé” e “nem parece que estou na rua, parece que estou no céu, nem sinto o caminhar”. “Venho todo ano, mas não tem santo; ele está no caixote, mas rezo assim mesmo”. Outras falas: “acho lindo!”, “é um espaço de paz” e “meu pai trazia a gente, venho até hoje, mas meus filhos só vêm vez ou outra”.

O finalizar da trajetória do Senhor dos Passos ocorre com a chegada da procissão de segunda-feira à capela do Senhor do Bonfim, com os rituais do Perdão, pela devolução. A imagem é depositada na Sacristia da esquerda, onde passa o restante do ano, em uma proteção de vidro em que a imagem fica em exposição permanente.

Em inventário realizado em 2009, há informações de que a imagem do Senhor dos Passos foi adquirida provavelmente na segunda metade do século XIX. É uma “escultura em madeira policromada, caracterizando imagem de roca. Apresenta carnação com repintura na cabeça, pés e mãos [...] barbas estriadas, olhos de vidro abertos olhando para baixo, possui peruca artificial de cabelo natural” e conta ainda com “braços articulados no punho, pernas articuladas na altura do joelho” (Iphan, 2009). A imagem veste uma túnica roxa de veludo, com detalhes em dourado.

Considerações Finais

A proposta de reflexão sobre uma manifestação do catolicismo romano mediante a difusão da fé, via espacialidade do sagrado e tendo a procissão de Senhor dos Passos que acontece em Pirenópolis como objeto de investigação, é uma busca de compreensão das relações temporais e espaciais que são revividos por uma comunidade.

Entender a dinâmica de difusão da fé implica buscar no solo português as matrizes de nossas procissões. Para tanto, encontramos contribuições de Perez (2010). Trasladar o Atlântico e adentrar o sertão de Goiás com os andores processionais foi preciso, pois era necessário ao projeto estabelecido pelo regime de padroado de então.

Em terras goianas, as procissões alcançaram grandes proporções, uma vez que propiciavam integrações diversas e o sair das igrejas e capelas alcançando as ruas era, ao mesmo tempo, um espetáculo previamente programado, mas também uma possibilidade efêmera do sagrado estar diante da casa ou da rua, mesmo que em movimento passageiro.

A procissão dos Passos na cidade de Goiás foi estudada por intermédio histórico da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos (Britto e Rosa, 2011). Sobre a procissão dos Passos em Pirenópolis, o antropólogo Brandão (2004) produziu um significativo texto. De modo geral, a mesma manifestação foi apresentada por Curado (2006) ao tratar das paisagens das procissões da Semana Santa pirenopolina. Aqui, propomos, mediante a procissão dos Passos, investigar a espacialidade que se torna sagrada pela extensão ritualística do préstito religioso, com toda a efemeridade do deslocar, mas buscamos ainda e, principalmente, visualizar a necessidade implícita ou explícita do ser em especializar o sagrado também fora das igrejas e capelas. Uma tentativa que permeia séculos ao trazer o sagrado para perto de si, tornando o espaço sagrado ao tentar reviver os Passos do Bom Jesus pela *Via Crucis*.

Referências

ALVAREZ, Rodrigo. Jesus – O homem mais amado da História é a obra mais atual sobre a vida daquele que ensinou a humanidade a amar e dividiu a História em antes e depois. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

ASLAN, Reza. Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré. Tradução: Marlene Suano. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BENEDICT, Ruth. Padrões culturais. Tradução: Ricardo Rosenbusch. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Geografia Cultural: uma antologia. v. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, pp. 279-303.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

BRITTO, Clovis Carvalho; ROSA, Rafael Lino (Org.). Nos Passos da Paixão: a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos em Goiás. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS. Lei nº 494, de 30 de dezembro de 2004. Estabelece normas de trânsito para proteção ao Centro Histórico. Pirenópolis, 1p, 2004.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de Pero Vaz de Caminha a el-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. São Paulo: Martin Claret, 2004.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, José Luiz de. A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1824). Goiânia: UCG, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 15-47.

CURADO, João Guilherme da Trindade. As alterações ocorridas na paisagem por onde passam as procissões de Pirenópolis – Goiás: 1920 a 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em Geografia), IESA/Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

Difusão. Dicionário on-line de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/difusão>>. Acesso em 10 dez. 2018.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. 3. ed. Tradução: Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HOBSBAWM, Eric. J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric. J.; RANGER, Terence (Org.). *A invenção da tradição*. 2. ed. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 07-25.

IBGE. Pirenópolis. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pirenopolis/panorama>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

IPHAN. Inventário dos bens móveis e integrados ao acervo de Arte Sacra da cidade de Pirenópolis/GO. 14ª SR/IPHAN, 2009. s/p.

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia: UFG, 1971.

JAYME, Jarbas; JAIME, José Sisenando. *Casas de Pirenópolis*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

JAIME, José Sisenando. *Pirenópolis: humorismo e folclore*. Goiânia, s/e, 1983.

LÔBO, Tereza Caroline; CURADO, João Guilherme. A cidade de Pirenópolis nas trilhas do Turismo. In: *Anais do IV Colóquio de Turismo – Turismo e Globalização nas áreas do Cerrado: a (re)valorização dos Espaços e das Culturas*, Goiânia, 2007, pp. 01-15.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Cidade de Goiás: o cheiro das águas, as águas de cheiro e as aleuias (1880-1899). *Boletim Goiano de Geografia*, v. 29, n. 1, Goiânia, 2009, pp. 179-194.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Ritual e emoção nas interações espaciais — repensando o espaço sagrado nas festas populares de romarias e folguedos (notas introdutórias). In: ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Trilhas do sagrado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, pp.113-144.

Mapa de Pirenópolis com recorte no trajeto das procissões do Senhor dos Passos. Disponível em: <<https://earth.google.com>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

PEREZ, Léa Freitas. *Passos de uma pesquisa nos passos das procissões lisboentas*. Lisboa: CIES, 2010.

POLONIAL, Juscelino. *Terra do Ananguera: história de Goiás*. 5. ed. Goiânia: Kelps, 2013.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ROSENDAHL, Zeny. *Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012a.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b, pp. 73-99.

ROSENDAHL, Zeny. Uma procissão na geografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SCHAFER, R, Murray. A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. Tradução: Marisa Trench Fonterrada. São Paulo: Unesp, 2001.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. Pirenópolis: identidade territorial e biodiversidade. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. Moteto dos Passos em terras goianas. In: BRITTO, Clovis Carvalho; ROSA, Rafael Lino (Orgs.). Nos Passos da Paixão: a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos em Goiás. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011, pp. 162-185.

Terra de Vera Cruz. Disponível em: <<http://www.historiadeportugal.info/terra-de-vera-cruz>>. Acesso em 15 dez. 2018.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2007.

Recebido: 30 de janeiro de 2019.

Aprovado: 18 de outubro de 2019.